

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 204/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**(CONFORME ARTIGO 8º DO DECRETO 8538/15)**

**EXCLUSIVO A PARTICIPAÇÃO DE ME e EPP**

**(INCLUSIVE MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI)**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**EDITAL**

O Município de Itapissuma, pessoa jurídica de direito público interno, com sede de seu governo à Rua Manoel Lourenço, 16, Centro, Itapissuma/PE, CNPJ nº 08.637.399/0001-28, através da Secretaria de Saúde e Ação Social, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO “por item”**, a ser realizado em sessão pública e conduzido por servidor municipal, denominada Pregoeira, através da Portaria Nº 021/2019, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Esta licitação está reservada exclusivamente à participação de microempresa, empresa de pequeno porte e empresário individual de responsabilidade limitada, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, conforme redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e artigo 8º do Decreto 8538/15.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES “PROPOSTA” E “DOCUMENTAÇÃO”.**

LOCAL: Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação, sita à Rua Manoel Lourenço, S/N – Centro – Itapissuma – PE.

**DIA: 25/11/2019**

**HORÁRIO: 08:00**

- 1.1 As propostas de preços, eventualmente encaminhadas pelos Correios ou transportadoras, só serão consideradas para efeito de participação na presente licitação, quando recebidas pelo Município de Itapissuma, até a data e hora supra.
- 1.2 Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de Itapissuma ou outra data informada pela Pregoeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO**

2.1 O Edital da presente licitação pública reger-se-á, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

- a) Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e alterações posteriores – Lei de Licitações;
- b) Lei nº 10.520, de 17.07.2002 – Instituto do **Pregão**;
- c) Lei 8.078, de 11.09.90 – Código de Defesa do Consumidor;
- d) Decreto nº 3.931 de 19.09.2001 – Regulamenta o sistema de Registro de Preços;
- e) Demais exigências deste Edital e seus **Anexos**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ESCLARECIMENTOS**

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.1 Para efeito deste Edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

- a. **Pregão** – modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais;
- b. **Ata de Registro de Preços** – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas (inciso II, do artigo 2º da Decreto nº. 7.892, de 2016).
- c. **Sistema de Registro de Preços** – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (inciso I, do artigo 2º da Decreto nº. 7.892, de 2016).
- d. **Órgão Gerenciador** – órgão ou entidade da administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente (inciso III, do artigo 2º da Decreto nº. 7.892, de 2016).  
Fica esclarecido que, para a presente licitação, o Órgão Gerenciador será a Secretaria de Saúde e Ação Social .
- e. **Bens e serviços comuns** – aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do Edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado;
- f. **Município de Itapissuma** – pessoa jurídica de direito público licitante
- g. **Licitante** – pessoa jurídica que adquiriu o presente Edital e seus elementos constitutivos/anexos;
- h. **Licitante vencedora** – pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto deste Pregão

### CLÁUSULA QUARTA - DO OBJETO

4.1A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**, observando-se as características especificadas nos Anexos deste Edital.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Só poderão participar deste Pregão:

- a) Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- b) Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital; e
- c) Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos na Clausula- **DA DOCUMENTAÇÃO**.

5.2 Ficarão impedidas de participar:

- a) Empresas cujos dirigentes, sócios ou gerentes tenham qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, respeitando o disposto no inciso III, do artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93;
- b) Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que esteja temporariamente impedida de licitar ou contratar com a Administração;
- c) Empresas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Estado de Pernambuco;

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

e) Pessoas físicas e entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação;

5.3 Como condição prévia à participação no certame o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual de cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastro:

- a) Cadastro de Fornecedores Penalizados pelo Estado de Pernambuco ([http://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi\\_fin\\_gbp/premitirFornecedorPenalidade](http://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gbp/premitirFornecedorPenalidade));
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensa – CEIS, mantido pela Controladoria Geral de União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneas, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<http://portal.tcu.gov.br/licitantes-inidoneas.htm>).

### CLAUSULA SEXTA – DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Tratando-se de representante legal do licitante, registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social, acompanhado da última alteração contratual, podendo ser substituído por consolidação contratual, devidamente registrados na Junta Comercial;
- b) Tratando-se de procurador, instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para a prática de todos os atos de representação necessários à participação no certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea “a”, que comprovem os poderes do mandante para a outorga.

6.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.3 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciado.

6.4 As empresas interessadas em participar do certame que não apresentarem nenhum dos documentos referidos no subitem 6.1 não poderão ofertar lances, manifestar intenção de interposição de recurso ou praticar os demais atos pertinentes ao certame. Será considerada como única oferta a constante de sua proposta de preços (Envelope 01).

6.5 Junto com o credenciamento, o licitante deverá apresentar declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, podendo utilizar como modelo o estabelecido no ANEXO III ou IV deste Edital.

6.6 A declaração referida no subitem 6.5 supra deverá ser apresentada fora dos envelopes de Proposta de preços e de Documentos de Habilitação.

6.7 O licitante credenciado na forma do subitem 6.1 poderá elaborar a referida declaração na própria sessão.

### CLAUSULA SÉTIMA - COMPROVAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

7.1 A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (art. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

I – Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

II – Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;
- e) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.

7.2 Os documentos relacionados no subitem 7.1 poderão ser substituídos pela certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) DA Secretaria de Micro e Pequena empresa, vinculada à Presidência da República.

7.3 Para efeito de enquadramento de empresa na condição de beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, entende-se por receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos concedidos, conforme estabelecido pelo § 1º do art. 3º da referida Lei.

### CLÁUSULA OITAVA - DO PROCEDIMENTO

8.1 No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, serão realizados pela Pregoeira, em **sessão pública**, o credenciamento das **licitantes**, o recebimento e a abertura dos envelopes **“Proposta”** e **“Documentação”** correspondentes a este **Pregão**, conforme o disposto na Lei 10.520 aplicando-se a este, subsidiariamente, a Lei 8.666/1993.

8.1.1 Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de **licitante**:

- a) retardatária, a não ser como ouvinte; ou
- b) que trocar o conteúdo dos envelopes.

8.2 Aberta a sessão, o representante legal da **licitante** deverá credenciar-se perante a Pregoeira, comprovando possuir poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos relativos a este **pregão**.

8.2.1 Somente poderá participar da fase de lances verbais o representante legal da **licitante** devidamente credenciado.

8.3 No mesmo ato, a Pregoeira receberá os envelopes **“Proposta”** e **“Documentação”** em separado, procedendo, em seguida, à abertura dos envelopes **“Proposta”** e aos seguintes procedimentos:

- a) Rubrica, conferência, análise e classificação das propostas em confronto com o objeto e exigências deste edital;
- b) Classificação da proposta escrita de **menor preço** e daquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, em relação ao menor preço; ou
- c) Seleção das melhores propostas, **até o máximo de três**, quaisquer que sejam os **preços** ofertados, quando não verificadas, no mínimo, **três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior**;
- d) Colocação das propostas em ordem **crescente de preço** cotado para que os **representantes legais** das **licitantes** participem da etapa competitiva, por meio de **lances verbais**;
- e) Início da etapa de apresentação de **lances verbais**, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**Observação:** Uma vez iniciada a abertura do envelope “**Proposta**”, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Pregão, ressalvado o disposto no **subitem 8.3**.

- 8.4** Classificadas as propostas, e uma vez iniciada a etapa competitiva, a Pregoeira convidará individualmente as **licitantes** classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir da **licitante** detentora da proposta de **maior preço** e as demais, em ordem decrescente de preços ofertados.
- 8.4.1** A desclassificação da proposta da **licitante** importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais;
- 8.4.2** Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira .
- 8.5** **licitante** que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, ficará excluída dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- 8.6** **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “**Documentação**”, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão.
- 8.7** Caberá a Pregoeira ainda, como parte das atribuições que lhe competem durante a realização deste Pregão:
- a) Conduzir os trabalhos da **equipe de apoio**;
  - b) Examinar a aceitabilidade da proposta ou do lance de menor preço, quanto ao objeto e valor, decidindo, motivadamente, a respeito da escolha que vier a ser adotada;
  - c) Adjudicar o objeto deste **Pregão** à licitante vencedora, detentora da proposta considerada como a mais vantajosa para o Município de Itapissuma, após constatado o atendimento das exigências deste edital;
  - d) Receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este **Pregão**;
  - e) Encaminhar As secretarias solicitantes o processo relativo a este Pregão, devidamente instruído, após ocorrida a **adjudicação**, com vistas à homologação deste procedimento licitatório e à **contratação** do objeto com a **licitante vencedora**.
- 8.8** As secretarias solicitantes do Município de Itapissuma caberá:
- a) Homologar o resultado deste Pregão, após decididos os recursos porventura interpostos contra atos da Pregoeira, e promover a celebração do contrato correspondente.
- 8.9** Se não houver tempo suficiente para a abertura dos envelopes “**Proposta**” e “**Documentação**” em um único momento, em face do exame da **proposta/documentação** com os requisitos do edital, ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 8.9.1.** Os envelopes não abertos, já rubricados no fecho, obrigatoriamente, pela Pregoeira e pelos representantes legais das **licitantes** presentes, ficarão em poder da Pregoeira e sob sua guarda até nova reunião oportunamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.
- 8.10** Consideradas as ressalvas contidas neste edital, qualquer reclamação a respeito deverá ser feita, no ato da reunião, pelos representantes legais das **licitantes** presentes.
- 8.11** Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pela Pregoeira, e pelos representantes legais das **licitantes** presentes à sessão deste **Pregão**
- 8.12** Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes “**Documentação**” não caberá desclassificar os **licitantes** por motivo relacionado com a **proposta**, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.



### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**8.13** É facultada a Pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação.

a) Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

**8.14** A adjudicação deste Pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:

a) Se não houver manifestação da **licitante** de sua intenção de interpor recurso;  
ou

b) Após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado.

c) Não havendo nenhuma manifestação relacionadas nas alíneas anteriores, após o transcurso do prazo de 5 (cinco) dias realizar-se-á a homologação do certame licitatório.

**8.15** A abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**" será realizada sempre em sessão pública, devendo a Pregoeira e representantes das **licitantes** presentes, e, pelos membros da **equipe de apoio** que formularem parecer técnico sobre o julgamento deste Pregão, seja com relação às propostas ou à documentação.

**8.16** Da ata relativa a este Pregão constará os registros dos representantes credenciados das **licitantes**, das **propostas escritas** e dos **lances verbais** apresentados, da análise das propostas e dos documentos de habilitação, da manifestação da **licitante** de interpor recurso, sem prejuízo de outros porventura ocorridos.

**8.17** Após concluída a licitação e assinado o pertinente contrato, os envelopes não abertos contendo a documentação das demais **licitantes** ficarão em posse da Pregoeira, à disposição das licitantes, pelo período de **10(dez) dias úteis**, após o que serão destruídos, devendo os mesmos, após este prazo serem destruídos, caso não procurados pelos interessados.

### CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

**9.1** Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste edital, cada **licitante** deverá apresentar à Pregoeira, simultaneamente, sua proposta de preços e documentação em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho e, de preferência, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social da **licitante**, os seguintes dizeres abaixo retratados.

#### ENVELOPE Nº 01 PROPOSTA DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019  
PROCESSO Nº 204/2019

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS

(Razão social da empresa licitante)

(Nome/endereço/telefone/fax)

#### ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019  
PROCESSO Nº 204/2019

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS

(Razão social da empresa licitante)

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

(Nome/endereço/telefone/fax)

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 01)**

**10.1.** A proposta contida no **Envelope nº 01** deverá ser apresentada, também, com as seguintes exigências:

- a) Emitida por computador ou datilografada, de preferência, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;
- b) Fazer menção ao número deste **Pregão** e conter a razão social da **licitante**, o CNPJ, número (s) de telefone (s) e de fax e e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP e, de preferência, com a indicação do banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento;

**10.2.** A proposta deverá conter ainda os seguintes dados abaixo:

- a) Descrição detalhada das características técnicas de cada um dos produtos ofertados, demonstrando sua conformidade com as especificações constantes no Anexo I, devendo a descrição seguir a mesma sequência da planilha contida no anexo I deste edital;
- b) Marca, procedência do produto cotado;
- c) Preço unitário e total por item e total por item, em real, expressos em algarismo e por extenso. Em casos de divergência entre o preço total do item e o valor aritmético do produto entre o preço unitário do item e a quantidade, prevalecerá o valor ofertado como preço unitário e ajustado o valor do preço total do item. Havendo divergência entre o valor em algarismo e o valor por extenso, será considerado o valor por extenso.
- d) A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes.
- e) Devem estar inclusos nos preços ofertados todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas e as demais despesas decorrentes e necessárias à execução do contrato.
- f) Erros de natureza formal ou material, assim considerados as falhas presentes na proposta de preços que não impeçam a caracterização da oferta apresentada pelo licitante e sua adequação ao objeto desta licitação, não ensejarão a desclassificação.
- g) Para fins de contratação, não acarretando em desclassificação de proposta, solicita-se a juntada dos dados do responsável da empresa que assinará o futuro contrato.

**10.3.** Para efeito da descrição a ser feita, nos termos da cláusula 10.2, alínea "a", acima, o concorrente deverá considerar que as referências a padrões para mão de obra, materiais e equipamentos, assim como marcas ou número de catálogo, eventualmente encontrados nas especificações técnicas constantes do Anexo I, são meramente descritivas, e não restritivas. O concorrente poderá apresentar modelos, marcas ou número de catálogo alternativo, desde que comprove, de forma satisfatória ao ÓRGÃO LICITANTE, que os bens que oferece são substancialmente equivalentes.

**10.4.** Ressalvada a hipótese de realização de lances verbais, em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela Pregoeira e sua equipe.

- a). Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros de soma e/ou multiplicação;

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b). Falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes com poderes para esse fim;
- c). A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser preenchida pelos dados constantes dos documentos apresentados dentro do envelope “**Documentação**”;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PREÇOS

- 11.1 A **licitante** deverá indicar o **preço unitário e total** dos produtos, sendo o preço fixo e irrevogável, devendo já estar inclusos os impostos, taxas, fretes, seguros e todas as demais despesas.
- 11.2 A cotação apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo, neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.
- 11.3 Somente serão aceitos preços com no máximo 02 (duas) casas decimais;
- 11.4 Somente serão aceitos preços cotados em moeda nacional, ou seja, em **Real (R\$)**, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS PRAZOS

- 12.1. A **licitante vencedora** ficará obrigada aos seguintes prazos:
- a) Até **05 (cinco) dias úteis** para a entrega, após o recebimento da nota de empenho, no endereço indicado pela Secretaria solicitante, conforme quantitativo solicitado pela mesma;
- 12.2. A proposta deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura dos envelopes “**Proposta**” e “**Documentação**”.
- a) Caso este prazo não esteja expressamente indicado na proposta, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
- 12.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, **60 (sessenta) dias**, e caso persista o interesse do Município de Itapissuma, este poderá solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.
- 12.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data prevista para o recebimento e abertura dos envelopes “**Proposta**” e “**Documentação**” sem a solicitação ou a convocação de que tratam os **subitens 12.3 e 24.2**, respectivamente, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 13.1. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no **artigo 48, inciso I e II, da Lei 8.666/93**, as propostas que:
- a) Apresentarem preços excessivos ou com valor superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;
- b) Contiverem preço manifestamente inexequível
- c) Não atenderem às exigências contidas neste **Pregão**.
- 13.2. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar o prazo de oito dias úteis às **licitantes** para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas referidas na condição anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 14.1 Não será aceita para efeito de julgamento, sob qualquer título, oferta de valores que não sejam os preços solicitados neste **Pregão**.
- 14.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste **Pregão**, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 14.3 Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado.
- 14.4 A Pregoeira, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.
- 14.5 A Pregoeira, poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Itapissuma ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 15.1 Durante o julgamento e a análise das propostas será verificada, preliminarmente, a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste edital, devendo ser classificadas para a etapa competitiva, ou seja, fase de **lances verbais**, aquelas que atenderem plenamente a esses requisitos.
- 15.2 Realizado isso, a Pregoeira (a) classificará a **licitante** autora da proposta de **menor preço por item**, e todas aquelas apresentadas com **preços** sucessivos e superiores em até **10% (dez) por cento**, em relação ao **menor preço**, dispostos em **ordem crescente**, para que os **representantes legais das licitantes** participem da etapa de **lances verbais**.
- 15.3 Quando não forem identificadas, no mínimo, três propostas escritas, a partir do critério definido na condição anterior, a Pregoeira fará a classificação dos menores preços, até o máximo de três, colocados em **ordem crescente**, quaisquer que sejam os valores ofertados, para que os **representantes legais das licitantes** participem, também, da etapa de **lances verbais**.
- 15.4 Verificadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de **lances verbais**, a classificação final dar-se-á pela **ordem crescente dos preços**.
- 15.5 Aceita a proposta de **menor preço por item** será aberto o envelope "**Documentação**", contendo os documentos de habilitação da **licitante** que a tiver formulado, para a confirmação das suas condições habilitatórias.
- 15.6 A Pregoeira poderá negociar diretamente com a **licitante** detentora da proposta de **menor preço**, no sentido de que seja obtido **melhor preço**:
- 15.6.1 se não houver **lances verbais** e o **menor Item** estiver em desacordo com o estimado pelo Município de Itapissuma para o fornecimento;
- 15.6.2 mesmo após encerrada a etapa competitiva, ordenação das ofertas e exame, quanto ao objeto e valor ofertado, da aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, da de **menor preço**;
- 15.6.3 se não for aceita a proposta escrita de **menor preço**;
- 15.6.4 se a **licitante** detentora do **menor preço** desatender às exigências habilitatórias.

### Observações:

- a) Na ocorrência das situações previstas nos **subitens 15.6.3 e 15.6.4**, será examinada a oferta seguinte e a sua aceitabilidade, procedida à habilitação da **licitante** que tiver formulado a **proposta**, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições deste edital;
- b) Na hipótese da alínea anterior, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.
- 15.7. **Verificado** que a proposta de **menor preço por item** atende às exigências fixadas neste edital, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva **licitante** declarada **vencedora**.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DILIGÊNCIA

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 16.1 O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar aos licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários;
- 16.2 Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo;
- 16.3 Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessárias para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO DESEMPATE

- 17.1 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.
- 17.1.1. Entende – se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até **5%(cinco por cento)** superior ao melhor preço.
- 17.2 No caso de empate nos termos da Lei Complementar **123/06** proceder-se-á da seguinte forma:
- A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
  - Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do item **16.1** deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item **16.1** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
  - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **16.1.1** deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
  - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nas alíneas “a” e “b” deste subitem, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
  - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas da solicitação por parte da comissão de licitação, sob pena de preclusão.
- 17.3 O disposto no item **16.2** e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Caso contrário, a licitação será decidida por sorteio em ato público, para o qual todas serão convocadas, de acordo com o previsto no § **2º** do art. **45**, da **Lei 8.666/93**, e suas posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA DOCUMENTAÇÃO

- 18.1 A **licitante** interessada em participar deste **Pregão** deve apresentar os documentos a seguir relacionados, dentro do **Envelope nº 02**, entregues de forma ordenada e numerados, de preferência, na seguinte ordem, de forma a permitir maior rapidez na conferência e exame correspondentes:

##### 18.2 A Habilitação Jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual; em caso de sociedade empresária;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**Obs.** Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c). Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**Obs.:** Os documentos referenciados nesta cláusula, não precisarão constar no envelope de habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste certame licitatório.

#### 18.3 Relativos à Regularidade fiscal e Trabalhista, Jurídica:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **licitante**, ou outra equivalente, na forma da lei;  
Obs. Faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a **Certidão quanto à Dívida Ativa da União**, fornecida pela **Procuradoria da Fazenda Nacional ou pela Internet**. E a Prova de Regularidade relativa a Seguridade Social (CND)
- c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) (caso esta não tenha sido emitida junto a Regularidade da Fazenda Federal)
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) Prova de regularidade relativa à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

**18.3.1** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**18.3.2** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, às **MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**18.3.3** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### 18.4 A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

- a) Licença de funcionamento - expedida pela Secretaria Estadual ou Municipal de Saúde da sede da proponente
- b) Atestado (s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão da licitante para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis, com o objeto desta licitação; (Água Mineral)
- c) O (s) atestado (s) deverá (ão) indicar o endereço completo, CNPJ, Razão Social, em papel timbrado da pessoa jurídica de direito privado ou público responsável pela expedição;

#### 18.5 Qualificação Econômico-Financeira:

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida na sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, pela autoridade competente, dentro de 90 (noventa) dias a contar da data de sua expedição.

**18.6** Declaração assinada pelo licitante, declarando:

- a) Inexistência de qualquer fato impeditivo à sua participação nesta licitação;
- b) Não existir em seus quadros, servidor ou dirigente da contraente;
- c) Expressa aceitação de todas as condições e exigências constantes do presente Edital e que se submete, sem restrições, às disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas atualizações;
- d) Que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo se já tiver 14 (quatorze) anos e na condição de aprendiz.

**18.7** Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição a todos os documentos relacionados neste Edital

**18.8** Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123.

**18.9** Os documentos exigidos neste **Pregão** poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, autenticada em Cartório competente ou pela Pregoeira e equipe de apoio, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

**18.9.1** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**18.9.2** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

**18.9.3** No caso de autenticação pela Pregoeira ou por membro da equipe de apoio, esta deverá ser realizada até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de abertura do certame

**18.9.4** A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO JULGAMENTO E DA DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

**19.1** Examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação da **licitante**, mediante confronto com as condições deste edital, serão desqualificados e **não aceitos** aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

**19.2** Quando todas as **licitantes** forem inabilitadas, a Pregoeira poderá fixar-lhes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novos documentos de acordo com as causas referidas no ato inabilitatório.

**19.2.1.** Serão exigidos para reapresentação apenas os documentos desqualificados e não aceitos.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO TIPO DE LICITAÇÃO

**20.1.** Trata-se de **licitação do tipo menor preço por item**, conforme disposto no **artigo 4º, inciso X**, da **Lei 10.520/2002**.

**20.1.1.** Durante o julgamento e classificação das propostas, a adoção do critério de **menor preço** será efetuada com observância das exigências e condições definidas neste edital.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO DIREITO DE PETIÇÃO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 21.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela **licitante**, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer.
- 21.2 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste **Pregão**, implicará decadência e preclusão desse direito da **licitante**, podendo a Pregoeira adjudicar o objeto à **vencedora**.
- 21.3 Das decisões da Pregoeira, decorrentes da realização deste **Pregão**, caberá à **licitante** a juntada dos memoriais relativos aos **recursos**, registrados na ata respectiva, **no prazo de 3 (três) dias úteis** contados da lavratura da ata, nos casos de:
- juízo de julgamento das propostas; e
  - habilitação ou inabilitação da **licitante**.
- 21.4 As razões dos recursos deverão ser dirigidas a Pregoeira, praticante do ato recorrido, que os comunicará às demais **licitantes** para impugná-los ou não, apresentando memoriais com as suas contrarrazões, também, no prazo de 03 (três) dias úteis.
- 21.5 O recurso porventura interposto contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo e, se acolhido, invalidará apenas os atos insusceptíveis de aproveitamento.
- 21.6 Caberá à Pregoeira receber, examinar e instruir os recursos impetrados contra suas decisões e à instância superior **do Município de Itapissuma** a decisão final sobre os recursos contra atos da Pregoeira.
- 21.7 Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Secretário de Saúde e Ação Social poderá homologar este procedimento de licitação e determinar a contratação com **a licitante vencedora**.
- 21.8 Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da **licitante** que pretender reconsideração total ou parcial das decisões da Pregoeira deverão ser apresentados por escrito, exclusivamente, e anexados ao recurso próprio.
- 21.9 Só serão aceitos pedidos de esclarecimento, impugnação ou recurso administrativo mediante protocolo de recebimento efetivado na Comissão de Licitação.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ADJUDICAÇÃO

- 22.1 O objeto deste **Pregão** será adjudicado **no preço por item de acordo com o critério de menor preço**, pela Pregoeira, depois de atendidas as condições deste edital.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

- 23.1 Nos termos da Lei nº 8.666/93, este certame tem compromisso de fornecimento rege-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS ENCARGOS DO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA E DA LICITANTE VENCEDORA

- 24.1 Caberá ao **Município de Itapissuma**:

- Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da **licitante vencedora**;
- Impedir que terceiros efetuem o fornecimento da água mineral
- Devolver os produtos que estejam fora dos prazos de validade, impróprios para o uso e manuseio, ou que ainda estiverem fora dos padrões exigidos neste edital;
- Supervisionar o fornecimento da água mineral, por intermédio da Secretaria Municipal solicitante do objeto;
- Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado;



### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- g) Efetuar o pagamento conforme quantitativo entregue e aceito pelas Secretarias solicitantes, respeitando o cronograma da Secretaria de Finanças de Itapissuma.

#### 24.2 Caberá à licitante vencedora:

- a) Fornecer o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes do Termo de Referência e de sua proposta constante do Edital do Processo Licitatório nº 204/2019, Pregão Presencial Nº 014/2019;
- b) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.
- e) Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como os relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros.
- f) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, como salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- g) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Itapissuma ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega, do objeto deste **Pregão**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Itapissuma;
- h) Substituir, no prazo até de **05(cinco) dias úteis** o objeto devolvido pelo Município de Itapissuma;
- i) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do objeto deste **Pregão**.
- j) Comunicar ao **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **Pregão**;
- l) Garantir que os produtos fornecidos atendam às exigências do Anexo I do Edital e que os mesmos serão entregues, com toda segurança de forma a preservar a integralidade dos produtos, no local indicado neste instrumento.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

#### 25.1 À licitante vencedora caberá, ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação de Saúde e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **Município de Itapissuma**.
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido em alguma dependência do **Município de Itapissuma**.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à prestação dos serviços ou entrega do objeto licitado.
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste **Pregão**.

25.2A inadimplência da **licitante**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **Município de Itapissuma**, nem poderá onerar o objeto deste **Pregão**, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Município de Itapissuma**.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

26.1 Deverá a **licitante vencedora** observar, também, o seguinte:

- a) É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **Município de Itapissuma** durante a vigência do contrato.
- b) É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca deste **Pregão**, salvo se houver prévia autorização do **Município de Itapissuma**.
- c) É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento da água mineral, objeto deste **Pregão**.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA ENTREGA DA AGUA MINERAL

27.1A CONTRATADA deverá entregar o objeto deste contrato atendendo às seguintes condições:

- a) Os quantitativos indicados são estimativos, podendo o CONTRATANTE executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pelas Secretarias solicitantes, respeitados os limites legais de redução e acréscimo;
- b) A água mineral deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação oficial (carta de autorização de fornecimento) expedida pelas Secretarias solicitantes;
- c) Entregar a água mineral em vasilhames apropriados, contendo o selo de fiscalização, e rótulo contendo data do envase, data de validade e procedência do produto;
- d) As autorizações de fornecimento serão encaminhadas via e-mail ou outros meios, ao portador devidamente autorizado
- e) A CONTRATADA somente entregará os produtos após recebimento das autorizações de fornecimento, nos quantitativos e períodos indicados na referida correspondência oficial;
- f) A nota de empenho não é considerada autorização de fornecimento; os materiais deverão ser fornecidos na periodicidade solicitada pela Secretaria, em quantidades previamente indicadas, podendo sofrer alterações conforme avaliação das Secretarias solicitantes
- g) No ato da entrega dos produtos, as notas fiscais devem conter os números/especificações de todos os itens fornecidos.
- h) O transporte do material deverá ser feito em veículo adequado (fechado), produtos que garanta boas condições de higiene e mantenha a qualidade e integridade dos mesmos. Enfim, em perfeito estado.
- i) A empresa vencedora, obriga-se a substituir, sem ônus para o ÓRGÃO LICITANTE, a água mineral entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina.

27.2 os produtos destinados a Secretaria de Saúde, no Hospital João Ribeiro, sede da secretaria, postos e unidades de saúde; os produtos destinados a Secretaria de Ação Social: na sede da Secretaria de Ação Social, e demais prédios sede de programas por ela atendidos. Todos em endereço dentro do Município de Itapissuma-PE (Itapissuma sede, Mangabeira, Botafogo e Engenho Ubu).

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORNECIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

28.1 As secretarias solicitantes indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo do produto fornecido.

§ 1º O objeto será recebido:

I - Provisoriamente, pelas Secretarias solicitantes, para verificação da conformidade do fornecimento com as especificações exigidas;

II - Definitivamente, pelas Secretarias solicitantes, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento provisório, depois de confirmadas as quantidades e a compatibilidade das especificações com as constantes da proposta apresentada, e sua consequente aceitação.

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 3º Caso o objeto fornecido não esteja de acordo com os termos da proposta, bem como não atenda ao contido neste contrato, será rejeitado, caso em que terá a CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto.

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ 4º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 5º Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

§ 6º A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão competente

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA ATESTAÇÃO**

29.1 A atestação da fatura referente ao fornecimento dos produtos caberá à Secretaria contratante, através de servidor designado para esse fim, devendo constar à data, matrícula e assinatura do servidor. Assim como ser devidamente supervisionado pela CARA (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto), regulamentada através do Decreto Municipal nº 023/2019.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

30.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (quinze) dias corridos após o recebimento definitivo dos produtos, condicionados, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- I - Nota fiscal da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pelas Secretarias solicitantes, atestada pela CARA (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto)
- II - Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, INSS e FGTS;

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/2011;
- 30.2 Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.
- 30.3 O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- 30.4 As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste contrato.
- 30.5 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, devidamente apuradas em processo administrativo.
- 30.6 O Município de Itapissuma reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, O fornecimento de água mineral, fornecido não estiver em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações apresentadas.
- 30.7 O Município de Itapissuma poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante.
- 30.8 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de atualização monetária por atraso de pagamento.
- 30.9 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da licitante, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA AMOSTRA DOS PRODUTOS E DOS PROCEDIMENTOS GERAIS**

- 31.1 caso seja solicitado pelas Secretarias solicitantes, A empresa considerada vencedora da fase de lance do referido certame deverá apresentar uma AMOSTRA dos produtos, em conformidade com a proposta apresentada no certame, para análise de aceitabilidade dos produtos, diretamente nas secretarias solicitantes e na CARA (Comissão de Acompanhamento, Recebimento e Atesto)
- 31.2 As amostras deverão ser apresentadas 48 (quarenta e oito horas) da data da sessão pública que julgou e considerou habilitada e vencedora da fase de lance a empresa licitante, na Secretaria de Saúde e Ação Social, devendo ser abertas e manuseadas, e posteriormente devolvidas à empresa LICITANTE no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica, caso não sejam aceitas. As razões da aceitação ou rejeição das AMOSTRAS deverão ser remetidas por escrito à Comissão de Licitação, que dará ciência ao licitante classificado como vencedor da análise do julgamento.
- 31.3 As AMOSTRAS aprovadas ficarão em poder das secretarias solicitantes para fins de comparação em razão da futura contratação de fornecimento dos produtos, que não poderão ser diferentes das amostras aprovadas.
- 31.4 A não entrega das amostras no prazo estabelecido, bem como a entrega fora especificações acarretará na desclassificação do licitante
- 31.5 A empresa CONTRATADA deverá entregar a Nota Fiscal correspondente ao quantitativo dos produtos entregue nas mesmas condições e características das amostras apresentadas

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

### **CLAUSULA TRIGESIMA SEGUNDA : DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 32.1 Homologada a licitação e respeitada à ordem de classificação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, conforme modelo constante no Anexo VI deste Edital, que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- 32.2 A Comissão de Licitação, convocará formalmente o licitante vencedor no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da sua notificação para assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 32.3 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão de Licitação, sob pena de decair o direito a contratação, aplicando-lhe as sanções previstas na Lei nº 10.520/2002.
- 32.4 Na assinatura da Ata será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante toda sua vigência.
- 32.5 Caso o licitante vencedor não faça a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata, poderá ser penalizado, e a Comissão de Licitação deverá convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para que, depois de comprovados os requisitos de habilitação, seja feita a negociação e assiná-la.
- 32.6 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.
- 32.7 Firmada a Ata de Registro de Preços entre o licitante vencedor e a Prefeitura de Itapissuma, os mesmos passarão a denominar-se: Fornecedor Registrado e Órgão Gerenciador, respectivamente.
- 32.8 A Ata poderá ser firmada por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente munido, respectivamente, de procuração ou contrato social e cédula de identificação do(s) licitante(s) vencedor (es).
- 32.9 Ao firmar a Ata, o Fornecedor Registrado, quando solicitado pelo Órgão Gerenciador, obriga-se a fornecer os itens a ele adjudicados, mesmo se a entrega for prevista para data posterior ao seu vencimento.
- 32.10 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o [inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993](#).
- 32.11 Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

32.12A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

### CLAUSULA TRIGESIMA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 33.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/93, bem como deverão ser observadas às condições estabelecidas no instrumento convocatório.
- 33.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes em ata, assumidas como o órgão gerenciador;
- 33.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
- 33.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade ao quádruplo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- 33.5 O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão.
- 33.6 Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes no Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 33.7 A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram

### CLAUSULA TRIGESIMA QUARTA - DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

- 34.1 A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente Licitação – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 204/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019 - será da Secretaria de Saúde e Ação Social, como Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Federal nº 8.250 de 23.05.2014.
- 34.2 O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os preços registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser paga pela Administração.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

- 35.1 A vigência será fixada em **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, observando os limites estabelecidos por Lei.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### CLÁUSULA TRIGÉSSIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO

36.1 O ajuste a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na **Lei 8.666/93**, desde que haja interesse do **MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este **Pregão**.

### CLÁUSULA TRIGÉSSIMA SETIMA - DAS PENALIDADES

37.1 O atraso injustificado no fornecimento ou o descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato sujeitará a **licitante vencedora** à multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia e por ocorrência, até o máximo de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do ajuste, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente.

37.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste **Pregão**, O Município de Itapissuma poderá garantir a prévia defesa, aplicar à **licitante vencedora** as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do ajuste, no caso de inexecução total do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com O Município de Itapissuma, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **licitante** ressarcir ao Município de Itapissuma pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção anterior.

37.3 Ficará **impedida de licitar e de contratar** com o Município de Itapissuma, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a **licitante** que:

- a). Ensejar o retardamento da execução do objeto deste **Pregão**;
- b) Comportar-se de modo inidôneo;
- c). Falhar ou Frauda na execução do contrato;
- d) Não manter a proposta, injustificadamente;
- e). Fizer declaração falsa;
- f). Cometer fraude fiscal.

37.4 Pelos motivos que se seguem, principalmente, a **licitante vencedora** estará sujeita às penalidades tratadas nos **subitens 37.1 e 37.2**:

- a) Pela demora em substituir o objeto que for rejeitado, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da comunicação;
- b) Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste **Pregão**;
- c) Pela não entrega do objeto, caracterizando-se a falta se o fornecimento não se efetivar dentro do prazo estabelecido na proposta e não houver justificativa ou comunicação por parte da **licitante vencedora**.

37.5 Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município de Itapissuma, em relação a um dos eventos citados no subitem 33.4, a **licitante vencedora** ficará isenta das penalidades mencionadas.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

37.6 As sanções de **advertência**, **suspensão temporária** de participar em licitação e **impedimento de contratar** com o Município de Itapissuma, e **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com o Município de Itapissuma poderão ser aplicadas à **licitante vencedora** juntamente com a de **multa**, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA RESCISÃO

38.1 A inexecução total ou parcial do certame enseja a sua rescisão, conforme o disposto nos **artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93** e alterações posteriores.

**38.1.1.** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

38.2 A rescisão do ajuste poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito do Município de Itapissuma, nos casos enumerados nos **incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93**, notificando-se a **licitante vencedora** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste **Pregão**, desde que haja conveniência para O Município de Itapissuma;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

38.3 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**38.3.1.** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

39.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital, desde que encaminhada com antecedência mínima de até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para o recebimento das propostas.

39.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição interposta no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do recebimento da petição. Quando acolhida petição contra este edital, será designada nova data para a realização deste **Pregão**.

39.3 Decairá o direito de impugnar os termos deste edital perante O Município de Itapissuma a **licitante** que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**", apontando as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

39.4 A solicitação de esclarecimentos, de providências ou de impugnação deverá ser comunicada a Pregoeira logo após ter sido protocolizada.

39.5 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a **licitante** de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, caso a decisão sobre a petição não seja prolatada antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes "**Proposta**" e "**Documentação**".

39.6 Caberá à instância superior do Município de Itapissuma:

- a) Decidir os recursos contra atos da Pregoeira.

### CLÁUSULA QUADRAGESIMA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

40.1 A **licitante** deverá citar em sua proposta, ou encaminhar posteriormente, o nome e o número do telefone, para possíveis contatos, da pessoa que ficará encarregada pelo fornecimento deste **Pregão**, caso seja a vencedora.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

40.2 Em caso de dúvida, a interessada poderá contatar a Pregoeira no endereço Rua Manoel Lourenço, 16 - Centro - Itapissuma-PE 16 – Centro – Itapissuma, fone: (81)99466-0565 para obtenção dos esclarecimentos que julgar conveniente.

#### CLÁUSULA QUADRAGESIMA PRIMEIRA- DO PREGÃO

41.1 A critério do Município de Itapissuma, este **Pregão** poderá:

- a) Ser anulado se houver ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;
- b) Ser revogado, a juízo do Município de Itapissuma, se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- c) Ter a sua data de abertura dos envelopes “**Proposta**” e “**Documentação**” transferida, por conveniência exclusiva do Município de Itapissuma.

41.2 Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste **Pregão**:

- a) A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do **artigo 59 da Lei 8.666/93**;
- b) No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

41.3 Este procedimento licitatório fica vinculado à solicitação das secretarias solicitantes do Município de Itapissuma.

41.4

#### CLÁUSULA QUADRAGESIMA SEGUNDA - DOS ANEXOS

42.1 São partes integrantes deste edital os seguintes **anexos**:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Especificações técnicas
- c) Anexo III – Modelo de Propostas
- d) Anexo IV – Modelo da Ata de Registro de Preços
- e) Anexo V - Minuta de contrato

Itapissuma/PE, 03 de Outubro de 2019

**ANDREA CRISTINA XAVIER ANDRÉ**  
**PREGOEIRA**

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO Nº 204/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

### ANEXO I

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**

### TERMO DE REFERENCIA

#### 1. OBJETO

1.1 Este Termo de Referência tem como objetivo estabelecer critérios básicos a serem considerados para Registro de Preços para eventual Aquisição com Entrega Parcelada de Água Mineral sem gás, em garrafão de 20 litros (garrafões em comodato), garrafas de 500ml e copos de 300ml, para atender as necessidades das Secretarias de Ação Social e Saúde do Município de Itapissuma-PE.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1A presente contratação envolve o fornecimento de Água necessário para viabilizar o atendimento ao público e servidores  
2.2 Os quantitativos descritos neste Termo de Referência, decorre da requisição, por meio de ofício de abertura de processo licitatório, oriundo das Secretarias de Ação Social e Saúde do Município de Igarassu-PE, anexo ao procedimento licitatório.

#### 3. DOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E VALOR ESTIMADO DOS PRODUTOS

3.1O valor global médio estimado, para aquisição dos produtos, objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 154.998,00 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais)** considerando o valor médio obtido, conforme mapa de cotação anexo.

SECRETARIA DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1.	Água mineral sem gás de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrafões de 20 litros</b> de polycarbonato transparente, lacrados, validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais,	garrafão	13.000
2.	Água mineral sem gás de primeira	garrafa	1.200



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

	qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrafa descartável de 500 ml</b> transparente, lacrados validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais		

**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
1.	<b>Água mineral sem gás</b> de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrafões de 20 litros</b> de polycarbonato transparente, lacrados, validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais,	<b>GARRAFÃO</b>	<b>10.000</b>
2.	<b>Água mineral sem gás</b> de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>copo descartável de 300 ml</b> transparente, lacrados validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais	<b>UND</b>	7.000
3.	<b>Água mineral sem gás</b> de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas	<b>UND</b>	7.000

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	no rótulo do produto, embalada em <b>garrafa descartável de 500 ml</b> transparente, lacrados validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais		

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.10 produto água mineral (garrafão, garrafa ou copo) ora licitado, deverão atender a todas normas disciplinadoras para comercialização do referido produto, devendo atender a RDC nº. 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE e os artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais.**
- 4.2** Os garrafões utilizados deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em excelente estado de conservação, sem ranhuras, amassados ou deformações internas, externas e de gargalo, sem alteração de cor e odor, dentre outras que possam comprometer a qualidade higiênica sanitária da água mineral, deve vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas (NBR 14.222 – garrafão retornável, NBR 14.328 – tampa para garrafão, NBR 14.637 – lavagens, enchimento e fechamento).
- 4.3** Os garrafões deverão ser transportados em veículo limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas e empilhados de forma a não comprometer a qualidade higiênico sanitária da água mineral.
- 4.4** O veículo não deve transportar os garrafões junto com outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária da água mineral (NBR 14.638 – requisitos para distribuição).
- 4.5** A empresa fornecedora deverá cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da NR 04, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho.
- 4.6** A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 12.833, de 09 de junho de 2005, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.
- 4.7** O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO** Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 – MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) nome da fonte;
- b) local da fonte, Município e Estado;
- c) classificação da água;
- d) composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) características físico-químicas na surgência;
- f) nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) volume expresso em litros ou mililitros;
- h) número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome "DNPM";
- i) nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.
- l) A contratada deverá fornecer a água mineral de 20 litros em garrafões em comodato, enquanto durar a vigência do contrato.

### 5. DO LOCAL DE ENTREGA

#### 5.1 A água mineral objeto desta licitação deverão ser entregues:

os produtos destinados a Secretaria de Saúde, no Hospital João Ribeiro, sede da secretaria, postos e unidades de saúde; os produtos destinados a Secretaria de Ação Social: na sede da Secretaria de Ação Social, e demais prédios sede de programas por ela atendidos. Todos em endereço dentro do Município de Itapissuma-PE (Itapissuma sede, Mangabeira, Botafogo e Engenho Ubu).

**ANDREA CRISTINA XAVIER ANDRE**

PRESIDENTE DA CPL

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 204/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

**ANEXO – II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS

PLANILHA EXCLUSIVA ME/EPP – COTA RESERVADA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNIT	TOTAL
1.	Água mineral sem gás de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrações de 20 litros</b> de policarbonato transparente, lacrados, validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais, ITEM COTA RESERVADA	UND	5.750	5,30	30.475,00
2.	Água mineral sem gás de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>copo descartável de 300 ml</b> transparente, lacrados validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais	UND	7.000	0,74	5.180,00
3.	Água mineral sem gás de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrafa descartável de 500 ml</b> transparente, lacrados validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais	UND	8.200	0,74	6.068,00
					41.723,00

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
PLANILHA LIVRE CONCORRENCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	UNIT	TOTAL
1.	Água mineral sem gás de primeira qualidade, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto, embalada em <b>garrações de 20 litros</b> de policarbonato transparente, lacrados, validade mínima de 12 meses. Dentro dos padrões estabelecidos nos artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais,	UND	17.250	5,30	91.425



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 204/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

**ANEXO III**  
**MODELO DA PROPOSTA PADRAO**

**PROCESSO Nº 204/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

**Denominação da Proponente:**

**Endereço:**

**Cidade: Fone: Fax:**

**CEP: CNPJ nº: Data:**

**O objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**

**Proposta de Preços:**

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	VALOR UNT	VALOR TOTAL

**TOTAL GERAL R\$ -----(-----).**

a-) Prazo de Entrega: de imediato, durante o presente exercício.

b-) Validade da proposta (mínimo 60 dias): \_\_\_\_\_

Declaro, sob as penas da lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I do Edital.

Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguros, combustíveis, operadores, frete, montagens e desmontagens e lucro.

Itapissuma/PE., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 .

**Nome do Representante Legal:**  
**Assinatura do Representante Legal**

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO Nº 204/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**  
**ANEXO IV**  
**MODELO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.** \_\_\_\_\_  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº.** \_\_\_\_\_  
**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

**O MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.08.637.399/0001-28, com sede localizada à Rua Manoel Lourenço, 16 – Centro – Itapissuma-PE, CEP 53.700-000, através da sua Secretaria de XXXXX, neste ato representado por XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileira, portadora do RG XXXXX e do CPF XXXXX, residente à XXXXXXXXXXXXXXXX-PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**FORNECEDOR REGISTRADO:** xxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelos sócios xxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº xxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.; e xxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx residente e domiciliada na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx., e doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**.

### FUNDAMENTAÇÃO:

- a) Aos \_\_\_\_\_ (dia) do mês de \_\_\_\_\_ de 2019, o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR REGISTRADO, devidamente qualificados, resolve registrar os preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**

Consubstanciado nos termos da lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente a lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posterior, bem como pelas normas e condições estabelecidas, e em face à classificação das propostas apresentadas no Pregão para Registro de Preços nº 014/2019 publicada no Diário Oficial, celebram o presente instrumento com observância/a estrita de suas cláusulas que em sucessivo, mútua e reciprocamente outorgam e aceitam, de conformidade com os preceitos de direito público, Fundamenta-se o presente instrumento na licitação realizada sob a modalidade de Pregão Nº 014/2019, elaborado pelo pregoeiro e equipe, instituída por meio da **Portaria nº 021/2019**, datada de **02 de janeiro de 2019** ..

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**1.1** Integram a presente ata de registro de preços, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Nº 014/2019, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS** com todos os seus anexos;
- b) As planilhas de composição dos preços registrados.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

**2.1** Constitui objeto desta Ata de Registro de Preços, a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA**

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**, sempre que solicitados pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, de acordo com as especificações e nas respectivas quantidades de cada item que compõe o anexo I deste certame.

- 2.2 O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S)

- 3.1 Os preços dos itens registrados conforme propostas comerciais do FORNECEDOR REGISTRADO são os seguintes:

EMPRESA:					
Item	Descrição	Marca	Quant.	V. Unitário	V. Total
1				R\$	R\$

- 3.2 Os preços registrados cobrem todas as despesas inerentes ao fornecimento, encargos, lucros e demais ônus que, porventura, possam recair sobre o fornecimento.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE DOS PREÇOS

4.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá vigência de **12 (doze)** meses a partir da data de sua assinatura.

4.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** não será obrigada a contratar os serviços/ fornecimento referidos na cláusula segunda exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao **FORNECEDOR REGISTRADO**, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá ainda, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantindo ao **FORNECEDOR REGISTRADO**, nestes casos, o contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PROCEDIMENTOS PARA O FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL

5.1 As secretarias solicitantes durante a vigência do presente Registro de Preços, efetivará as contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços mediante a emissão de empenho, que serão entregues ao **FORNECEDOR REGISTRADO** para fornecimento de Agua Mineral, obedecidas as normas no instrumento convocatório e neste instrumento.

5.2 O empenho é o documento competente para aperfeiçoar o presente Compromisso de Fornecimento de Agua Mineral, nele deverão estar estipulados:

- a) **A quantidade requisitadas;**
- b) O valor unitário registrado na Ata de Registro de Preços e o valor total do pedido requisitado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR

6.1 Caberá ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços:

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
- c) emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
- d) assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
- e) assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
- f) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- g) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**;
- h) a fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços/locações.
- i) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pelos empregados da **licitante vencedora**.
- j) impedir que terceiros efetuem o fornecimento de Água Mineral
- k) assumir a responsabilidade pelos prejuízos causados ao objeto em decorrência de defeitos provenientes do mau uso ou negligência de terceiros. Em qualquer hipótese, a reparação será feita mediante orçamento previamente autorizado pelo **Município de Itapissuma**.
- l) devolver os produtos que estejam fora dos prazos de validade ou que ainda estiverem fora dos padrões exigidos neste edital;
- m) supervisionar o fornecimento de Água Mineral, por intermédio da Secretaria Municipal solicitante do objeto;
- n) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados
- o) aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- p) Efetuar o pagamento conforme quantitativo entregue e aceito pela Secretaria Municipal, respeitando o cronograma das secretarias solicitantes de Itapissuma.
- q) Efetuar os registros do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;
- r) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços
- s) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços registrados;
- t) Publicar o extrato do contrato no Diário Oficial do Estado de Pernambuco;
- u) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nos termos do contrato

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO DETENTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

#### **7.1 Caberá ao FORNECEDOR REGISTRADO:**

- a) assinar a Ata de Registro de Preços em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da sua notificação;
- b) manter durante a vigência da ata de registro de preço as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
- c) comunicar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços.
- d) atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar refazer/substituir erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços.
- e) abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.
- f) responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento de água Mineral como salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- g) responder pelos danos causados diretamente ao Município de Itapissuma ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega, do objeto deste **Pregão**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Itapissuma;
- h) substituir, no prazo até de **02(dois) dias úteis** o produtos devolvido pelo Município de Itapissuma;
- i) arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do objeto deste **Pregão**.
- j) comunicar ao **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- k) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **Pregão**;
- l) garantir que o produto fornecido atenda as exigências (especificações, qualidade, quantidade, garantia) indicadas no anexo I do edital e que os mesmo serão entregues, com toda segurança de forma a preservar a integridade do produto, no local indicado neste instrumento.
- m) Fornecer produto em embalagens lacradas de modo a evitar qualquer tipo de contaminação, com condições de conservação e validade
- n) Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do presente ajuste.



### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- o) Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo **MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA/CONTRATANTE**;
- p) Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de Pregão Nº 014/2019;

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.**

**8.1** Ao **FORNECEDOR REGISTRADO** caberá, ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando do fornecimento de Gás de Cozinha (GPL) e da execução dos serviços, ou em conexão com eles ainda que acontecido em dependência do **ÓRGÃO GERENCIADOR**;
- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do fornecimento/ prestação do serviço originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do Pregão.

**8.2** A inadimplência do **FORNECEDOR REGISTRADO**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do **ÓRGÃO GERENCIADOR** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do compromisso de fornecimento, razão pela qual o **FORNECEDOR REGISTRADO** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade da administração do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

**9.1** É expressamente proibido, por parte do **FORNECEDOR REGISTRADO**, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**9.2** O **FORNECEDOR REGISTRADO** fica proibido de veicular publicidade acerca do objeto desta Ata de Registro de Preço, salvo se houver prévia autorização da Administração do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**9.3** É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento da Água Mineral do Pregão e desta Ata de Registro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**10.1** Constituem motivos para o Cancelamento do Registro de Preço, além dos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei federal nº 8.666/93, independentemente das sanções legais e contratuais aplicáveis, a critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, quando o **FORNECEDOR REGISTRADO**/Detentor da Ata:

- a) Deixar de cumprir fielmente as obrigações legais e contratuais assumidas;
- b) Incidir em qualquer uma das hipóteses previstas na cláusula das Penalidades;

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- c) Causar qualquer dano ao Patrimônio Público, que não possa ser recuperado.
- d) Praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- e) Ficar evidenciada a incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório da fiscalização;
- f) Quando o FORNECEDOR REGISTRADO/Detentor da Ata, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Compromisso de Fornecimento/ Ata;
- f.1) A solicitação do **FORNECEDOR REGISTRADO** para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas nesta Ata, caso, não aceitas as razões do pedido assegurada defesa prévia do **FORNECEDOR REGISTRADO**, nos termos da Lei n.º 8.666/93.
- g) Por decurso de prazo de vigência;
- h) Não restarem fornecedores registrados;
- i) O FORNECEDOR REGISTRADO, não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- j) O **FORNECEDOR REGISTRADO**, não executar o fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- k) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial desta Ata decorrente de Registro de Preços;
- l) Os preços registrados se apresentam superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR REGISTRADO recusar-se a baixá-los, após solicitação expressa da Secretaria de Saúde e Ação Social ;
- m) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- o) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;
- p) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do FORNECEDOR REGISTRADO, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ENTREGA DA AGUA MINERAL**

- 11.1 O objeto deste pregão deverão ser entregues no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, após o recebimento da nota de empenho, no endereço indicado pela Secretaria de Saúde e Ação Social .
- 11.2 A empresa vencedora obriga-se a substituir em até **02 (dois) dias úteis**, sem ônus para o ÓRGÃO LICITANTE, o objeto entregue avariado (com defeito) ou impróprio às exigências do Anexo I deste Edital.

#### **CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DO LOCAL DE ENTREGA DA AGUA MINERAL**

- 12.1 Água Mineral deverão ser entregues, após o recebimento da nota de empenho, no endereço indicado pelas Secretarias solicitantes**

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 12.2**O fornecimento da Água Mineral será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria de Ação Social e Saúde;
- 12.3**O transporte da Água Mineral deverá ser feito em veículo adequado (fechado) que garanta boas condições de higiene e mantenha a qualidade e integridade dos mesmos. Água Mineral deverá ser entregue com prazo mínimo de 2/3 (dois terços) da expiração da validade, a contar do efetivo recebimento da nota fiscal. Caso contrário a empresa fornecedora se responsabiliza pela troca do produto vencido.
- 12.4**Em casos em que as garrafas apresentarem defeitos e/ou violações de lacre, deveram ser substituídas no prazo máximo de até 24 horas, a partir da notificação oficial da Secretaria solicitante, sem qualquer custo adicional para a Prefeitura de Itapissuma.
- 12.5**A empresa vencedora, obriga-se a substituir, sem ônus para o ÓRGÃO LICITANTE, o produtos entregue avariado ou fora do prazo de validade;
- 12.6**No ato da entrega dos produtos, as notas fiscais devem conter os números/especificações de todos os itens fornecidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Contratante, garantida a prévia defesa, aplicará à Contratada as seguintes sanções:

a) O adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

b) Advertência;

a) Multa, sendo:

De 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do empenho por dia de atraso ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas no termo de referência;

De 5% (cinco por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou parcial do fornecimento do objeto licitado;

De 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias;

13.2 As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sobre o valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis

13.3 Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos a Contratada às importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Estado, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

13.4 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Independente de sua transcrição, o Edital, a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no Pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 15.1** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Itapissuma.
- 15.2** E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via na Procuradoria do Município

Itapissuma, de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 .

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**SECRETÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX**  
 ÓRGÃO GERENCIADOR

---

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**SECRETÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXX**  
 ÓRGÃO GERENCIADOR

---

[inserir razão social da empresa]  
 [inserir representante legal da empresa]  
 FORNECEDOR REGISTRADO

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº 204/2019**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2019**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**

**O MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.08.637.399/0001-28, com sede localizada à Rua Manoel Lourenço, 16 – Centro – Itapissuma-PE, CEP 53.700-000, através da sua Secretaria de xxxxxxxxxxxx, neste ato representado por sua Secretária a Senhora **XXXXXX**, brasileira, portadora do RG XXXXX e do CPF XXXXX, residente à XXXXXXX-PE, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

**FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:**

Fundamenta-se o presente instrumento na licitação realizada sob a modalidade de Pregão Presencial Nº. **014/2019**, tipo **menor preço por item**, elaborado pela Pregoeira e equipe, instituída por meio da **Portaria Nº 021/2019**, datada de **02 de janeiro de 2019**, regida pela Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, cujo edital e principalmente a proposta da contratada integram o presente termo, independente de transcrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA POR SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE PARA FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme as especificações técnicas exigidas no Anexo I e constantes da proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

2.1 Pelo objeto do presente instrumento, o CONTRATANTE, pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ .....(.....), conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo:

2.2 No valor contratual, estão incluídos, todas as despesas com tributos, fretes, seguros, entre outras, que incidam sobre o objeto ora contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas em decorrência do objeto deste contrato correrão no exercício de 2019 por conta da seguinte dotação orçamentária:



## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Modalidade de Empenho: xxxxx  
 Atividade: XXXXXXXX  
 Natureza da Despesa: XXXXX  
 Fonte: XXXXX  
 Nota de Empenho: XXXXXX, de XX/XX/2019

### CLÁUSULA QUARTA – FORNECIMENTO

4. A CONTRATADA deverá entregar o objeto deste contrato atendendo às seguintes condições:

- I - Os quantitativos indicados são estimativos podendo o CONTRATANTE executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pelas Secretarias solicitantes, respeitados os limites legais de redução e acréscimo;
- II - O material contratado deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação oficial, (Autorização de Fornecimento) expedida pelas Secretarias solicitantes.
- III - As autorizações de fornecimento serão encaminhadas via e-mail, ou portador devidamente autorizado (com protocolo).
- IV – A CONTRATADA somente entregará os materiais após recebimento das autorizações de fornecimento, nos quantitativos e períodos indicados na referida correspondência oficial;
- V- A nota de empenho não é considerada Autorização de Fornecimento;

- 4.1 O produto água mineral (garrafão, garrafa ou copo) ora licitado, deverão atender a todas normas disciplinadoras para comercialização do referido produto, devendo atender a RDC nº. 275, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005, DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA — MINISTÉRIO DA SAÚDE e os artigos 25 a 34 do Código de Águas Minerais.**
- 4.2 Os garrafões utilizados deverão ser próprios para o acondicionamento de água mineral, em excelente estado de conservação, sem ranhuras, amassados ou deformações internas, externas e de gargalo, sem alteração de cor e odor, dentre outras que possam comprometer a qualidade higiênica sanitária da água mineral, deve vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas (NBR 14.222 – garrafão retornável, NBR 14.328 – tampa para garrafão, NBR 14.637 – lavagens, enchimento e fechamento).
- 4.3 Os garrafões deverão ser transportados em veículo limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas e empilhados de forma a não comprometer a qualidade higiênico sanitária da água mineral.
- 4.4 O veículo não deve transportar os garrafões junto com outras cargas que comprometam a qualidade higiênico-sanitária da água mineral (NBR 14.638 – requisitos para distribuição).
- 4.5 A empresa fornecedora deverá cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho, nos termos da NR 04, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08.06.78, do Ministério do Trabalho.
- 4.6 A empresa fornecedora deverá observar as disposições contidas na Lei nº 12.833, de 09 de junho de 2005, e alterações posteriores, que disciplina o uso dos vasilhames plásticos retornáveis utilizados no envasamento, industrialização e comercialização de água mineral no Estado de Pernambuco.
- 4.7 O rótulo a ser utilizado no envasamento de água mineral deverá ser aprovado pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO** Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Departamento Nacional de Produção Mineral), de acordo com a Portaria nº 470 de 24 de novembro de 1999 – MME, Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002 e Portaria INMETRO nº 045 de 24 de fevereiro de 2003. Deverão constar os seguintes elementos informativos:

- a) nome da fonte;
- b) local da fonte, Município e Estado;
- c) classificação da água;
- d) composição química, expressa em miligramas por litro, contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes, sob a forma iônica;
- e) características físico-químicas na surgência;
- f) nome do laboratório, número e data da análise da água;
- g) volume expresso em litros ou mililitros;
- h) número e data da concessão de lavra, e número do processo seguido do nome “DNPM”;
- i) nome da empresa concessionária e/ou arrendatária, se for o caso, com o número de inscrição no cadastro nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Fazenda;
- j) duração, em meses, do produto, destacando-se a data de envasamento por meio de impressão indelével na embalagem, no rótulo, ou na tampa.
- l) A contratada deverá fornecer a água mineral de 20 litros em garrafas em comodato, enquanto durar a vigência do contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

5.1 O presente contrato terá vigência fixada em **12 (doze) meses**, a contar da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser o prazo prorrogado, na hipótese do Art.57, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante a celebração de termo aditivo e respeitando-se a programação orçamentária, atendendo ao disposto na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DA AGUA MINERAL**

6.1.A CONTRATADA deverá entregar o objeto deste contrato atendendo às seguintes condições:

- a) Os quantitativos indicados são estimativos, podendo o CONTRATANTE executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pelas Secretarias solicitantes, respeitados os limites legais de redução e acréscimo;
- b) A água mineral deverá ser fornecido em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da comunicação oficial (carta de autorização de fornecimento) expedida pelas Secretarias solicitantes;
- c) Entregar a água mineral em vasilhames apropriados, contendo o selo de fiscalização, e rótulo contendo data do envase, data de validade e procedência do produto;
- d) As autorizações de fornecimento serão encaminhadas via e-mail ou outros meios, ao portador devidamente autorizado
- e) A CONTRATADA somente entregará os produtos após recebimento das autorizações de fornecimento, nos quantitativos e períodos indicados na referida correspondência oficial;
- f) A nota de empenho não é considerada autorização de fornecimento; os materiais deverão ser fornecidos na periodicidade solicitada pela Secretaria, em quantidades previamente indicadas, podendo sofrer alterações conforme avaliação das Secretarias solicitantes
- g) No ato da entrega dos produtos, as notas fiscais devem conter os números/especificações de todos os itens fornecidos.
- h) O transporte do material deverá ser feito em veículo adequado (fechado), produtos que garanta boas condições de higiene e mantenha a qualidade e integridade dos mesmos. Enfim, em perfeito estado.
- i) A empresa vencedora, obriga-se a substituir, sem ônus para o ÓRGÃO LICITANTE, a água mineral entregue avariado ou impróprio ao uso a que se destina.

## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

6.2 **A água mineral deverá ser entregue:** os produtos destinados a Secretaria de Saúde, no Hospital João Ribeiro, sede da secretaria, postos e unidades de saúde; os produtos destinados a Secretaria de Ação Social: na sede da Secretaria de Ação Social, e demais prédios sede de programas por ela atendidos. Todos em endereço dentro do Município de Itapissuma-PE (Itapissuma sede, Mangabeira, Botafogo e Engenho Ubu).

### **CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO**

7.1 A Secretaria de Saúde e Ação Social, indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, que atestará o recebimento provisório e definitivo do produto fornecido, juntamente com o atesto do recebimento da CARA (comissão de acompanhamento, recebimento e atesto)

7.2 O objeto será recebido:

- I - Provisoriamente por servidor designado pela Secretaria de Saúde e Ação Social, para verificação da conformidade do fornecimento com as especificações exigidas pelo CONTRATANTE;
- II - Definitivamente pela Secretaria de Saúde e Ação Social, após 2 (dois) dias úteis do recebimento provisório, depois de confirmadas as quantidades e a compatibilidade das especificações constantes na proposta apresentada, e sua consequente aceitação.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 Caso o objeto fornecido não esteja de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será rejeitado, caso em que terá a CONTRATADA o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo CONTRATANTE, para sanar os problemas detectados e, se for o caso, substituir o objeto. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

7.5 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.6 Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante do CONTRATANTE, sob pena de responsabilização administrativa, registrará em sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em 10 (dez) dias corridos para a adoção das medidas convenientes.

7.7 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão competente.

### **CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, (conforme cronograma de pagamentos da Secretaria de Finanças), após o recebimento definitivo dos produtos, condicionados, todavia, à juntada simultânea dos seguintes documentos:

- I - Nota fiscal eletrônica da CONTRATADA devidamente atestada por servidor designado pelas Secretarias solicitantes;

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

II - Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes e FGTS;

III - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, em atendimento à Lei Federal nº 12.440/2011;

IV - Termo de recebimento definitivo.

8.2. Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal eletrônica, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.

8.3 O CONTRATANTE verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da CONTRATADA no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

8.4. As normas relativas ao processamento da despesa pública exigem que a liquidação e o pagamento sejam efetivados exclusivamente em favor da CONTRATADA, devidamente identificada pelo número de inscrição no CNPJ constante deste contrato.

8.5 O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

### **CLÁUSULA NONA – REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA**

9.1 Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea “d”, e § 5º da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.2. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

9.3. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

10.1 A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1 Caberá à **contratada**:

- a) Fornecer o objeto contratual conforme especificações e exigências constantes do Termo de Referência e de sua proposta constante do Edital do Processo Licitatório nº 204/2019, Pregão Presencial Nº 014/2019;
- b) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos neste contrato, sujeitando-se às sanções nele estabelecidas e nas Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002;
- c) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- d) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato. A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- e) Arcar com os seguros que decorram direta ou indiretamente do contrato, bem como os relativos a quaisquer acidentes e/ou danos causados ao CONTRATANTE e a terceiros.
- f) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto, como salários, seguros de acidentes, indenizações, taxas, impostos, contribuições, vale-refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;
- g) Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Itapissuma ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega, do objeto deste **Pregão**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município de Itapissuma;
- h) Substituir, no prazo até de **05(cinco) dias úteis** o objeto devolvido pelo Município de Itapissuma;
- i) Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega do objeto deste **Pregão**.
- j) Comunicar ao **Município de Itapissuma**, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.
- k) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **Pregão**;
- l) Garantir que os produtos fornecidos atendam às exigências do Anexo I do Edital e que os mesmos serão entregues, com toda segurança de forma a preservar a integralidade dos produtos, no local indicado neste instrumento

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 12.2 Caberá ao **MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA**:

- a) Receber o objeto deste contrato, verificando se a qualidade e os quantitativos do objeto fornecido pela CONTRATADA estão em conformidade com as especificações exigidas no Edital do Pregão (Presencial) N° 014/2019, emitindo atesto de recebimento na nota fiscal eletrônica;
- b) Efetuar os pagamentos no prazo e nas condições indicados no contrato, comunicando à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou problemas que possam inviabilizá-los;
- c) Acompanhar e fiscalizar a boa execução do contrato e aplicar as medidas corretivas necessárias, inclusive as penalidades contratual e legalmente previstas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- e) Impedir que terceiros efetuem o fornecimento dos produtos contratados;
- f) Devolver os produtos se apresentarem algum vício que os tornem impróprios para o consumo ou fora dos padrões de qualidade e validade exigidos por este edital e pelo anexo I;
- g) Efetuar o pagamento conforme os quantitativos efetivamente entregues e aceitos e em conformidade com o cronograma da Secretaria de Finanças do Município de Itapissuma.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

#### 11.1. À **CONTRATADA** caberá, ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus



## **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

funcionários quando do fornecimento, ainda que acontecido em dependência do **CONTRATANTE**;

- c) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência; e
- d) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

**11.2** A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à administração do **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade da administração do **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

- 12.1 É expressamente proibida, por parte da **CONTRATADA**, durante a execução deste contrato, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do **CONTRATANTE**.
- 12.2A **CONTRATADA** fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto deste contrato, salvo se houver prévia autorização da administração do **CONTRATANTE**.
- 12.3É vedada a subcontratação de outra empresa para o fornecimento do objeto do pregão e deste contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

- 13.1 O cometimento de irregularidades na execução do contrato administrativo sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nos 8.666/1993 e 10.520/2002
- 13.2As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a **CONTRATADA** às seguintes sanções:
  - I - Multa, observados os seguintes limites máximos:
    - a) pelo atraso na execução do objeto contratual, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
    - b) pela recusa em executar o objeto contratual, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
    - c) pela demora em refazer a execução do objeto contratual rejeitada ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1%, do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
    - d) pela recusa da **CONTRATADA** em corrigir as falhas na execução do objeto contratual, entendendo-se como recusa a não execução do objeto contratual nos 5 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
    - e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento.
  - II - Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itapissuma, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou Fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.
- 13.3A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:
  - I - Atraso injustificado na execução do contrato;
  - II - Inexecução total ou parcial do contrato.

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

- 13.4O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 5 (cinco) dias.
- 13.5A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.
- 13.6Objetivando evitar dano ao Erário, a Secretária de Saúde, poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.
- 13.7A competência para a aplicação das sanções é atribuída às seguintes autoridades:
- I - Prefeito: impedimento de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e descredenciamento do sistema de cadastro estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
  - II Secretária de Saúde e Ação Social : multa.
- 13.8As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.
- 13.9Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

- 14.1A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 14.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2A rescisão deste contrato poderá ser:
- I - Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos;
  - II - Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE, nos casos dos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/1993;
  - III - judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
- 14.3A rescisão unilateral ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade máxima do CONTRATANTE.
- 14.4A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação do extrato no Diário Oficial de Pernambuco.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

- 15.1Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital do Pregão Presencial Nº 014/2019, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA.
- 15.2A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no Edital do Processo Licitatório nº 204/2019, Pregão Presencial Nº 014/2019, e a regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, CNDT e FGTS.
- 15.3Este contrato regula-se pelas suas cláusulas, pelas Leis Federais nos 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

- 16.1As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo Foro da Comarca do Itapissuma, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 16.2E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são



COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO

### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

assinadas pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Itapissuma/PE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 .

Pelo **CONTRATANTE**:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
SECRETÁRIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pela **CONTRATADA**:

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF nº.

\_\_\_\_\_  
CPF nº